ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS

Josilene Bragança Alves[1]
Francimara Souza da Costa[2]
Wladson de Jesus Souza[3]

Resumo: A organização de agricultores familiares em associações ou cooperativas é frequentemente apontada como uma saída para a minimização dos problemas enfrentados por esses grupos na Amazônia. Esse estudo apresenta uma reflexão a respeito da importância da organização social para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir da experiência de agricultores de Autazes – Amazonas, caracterizando seu perfil e nível de organização social. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e realização de entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores. Os dados foram sistematizados e são apresentados pelo método descritivos. As principais observações apontam para organizações frágeis, com baixa participação e pouca efetividade de ações no atendimento de interesses coletivos.

Palavras-chave: associativismo; cooperativismo; Amazônia; agricultura familiar

Abstract: The organization of family farmers in associations or cooperatives is often pointed out as an outlet for minimizing the problems faced by these groups in the Amazon. This study presents a reflection on the importance of social organization for the strengthening of family agriculture, based on the experience of farmers in Autazes - Amazonas, characterizing their profile and level of social organization. The research was carried out through a bibliographical survey and semi-structured interviews with

[1]Pedagoga, Centro Educacional SESC, josilenebraganca@gmail.com.
[2]Professora da Universidade Federal do Amazonas, Doutora em ciências socioambientais, francimaracosta@yahoo.com.br
[3]Graduando em Ciências biológicas, Universidade Federal do Amazonas, wladsonsouza@hotmail.com.

farmers. The data were systematized and presented by the descriptive method. The main observations point to fragile organizations, with low participation and effectiveness of actions in meeting collective interests.

Keywords: associativism; cooperativism; Amazonia; family farm

INTRODUÇÃO

Organizações Sociais (OS) são organizações públicas sem fins lucrativos, criadas para o atendimento de interesses coletivos. As OS facilitam o controle social por parte do Estado, por meio dos conselhos administrativos que representam a sociedade civil, ao tempo que contribuem com o desenvolvimento social e econômico dos grupos organizados (BRASIL, 1997).

Este artigo reflete sobre a importância da organização social para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir da experiência de um grupo de agricultores familiares do município de Autazes, no Estado do Amazonas. O grupo apresenta demandas e potencialidades em torno da produção de hortaliças que necessitam ser consideradas na formalização de instituições, como associações e cooperativas, que podem ser criadas futuramente para apoiar os agricultores familiares no processo de produção e comercialização.

O município de Autazes é reconhecido pelo seu potencial na produção leiteira, entretanto, estudos apontam a existência de aproximadamente 100 produtores de hortaliças no município (NUSEC, 2016) com potencial de produção, mas não conseguem comercializar seus produtos. Os agricultores trabalham de forma individual, enfrentando diversos problemas, como dificuldades para escoamento da produção e aquisição de financiamento, que poderiam ser amenizados caso estivessem organizados em torno de objetivos comuns.

Uma das saídas para a minimização desses problemas é o incentivo à organização destes agricultores. Fortalecidos em grupo, poderão melhorar o processo de produção e comercialização, por meio das compras coletivas dos insumos, melhor aproveitamento dos recursos das propriedades e acesso às políticas públicas destinadas à

agricultura familiar, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que incentiva a compra de produtos provenientes da agricultura familiar.

Para investimentos públicos no incentivo à organização social é necessário o conhecimento do grupo, considerando todas as variáveis envolvidas na agricultura familiar, tais como organização familiar, da propriedade, da produção e comercialização, aspectos sociais, culturais, ambientais, dentre outros. As recomendações técnicas devem ser precedidas pela visão do processo de forma coletiva, inseridas em um contexto maior, onde a visão do produto é alicerçada pela visão do contexto.

Desta forma, este artigo, caracteriza os agricultores de Autazes, identificando seu nível de organização social, o que poderá embasar a criação de instituições formais funcionais e mais adequadas à realidade vivenciada pelos agricultores. A criação e gestão das organizações devem partir dos interesses do grupo, que devem participar de todos os processos de tomada de decisão. Para tanto, a caracterização do perfil dos agricultores e de suas vontades é importante para a identificação dos caminhos a serem percorridos na construção da organização.

A Amazônia carece de estudos em torno da organização social da agricultura familiar e de projetos voltados ao fortalecimento sociopolítico dos agricultores, refletindo no baixo número de associações e cooperativas na região, uma vez que as regiões Sul e Sudeste concentram cerca de 70% das organizações no Brasil (OCB, 2016). Esse trabalho contribui para uma maior visibilidade em torno da necessidade de incentivos nesta área, o que poderá ampliar as oportunidades de acesso ao mercado da agricultura familiar, além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais do Estado do Amazonas.

FATORES DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

A organização social é uma importante estratégia para promoção do desenvolvimento político de comunidades rurais, pois incentiva a resistência social, fortalece estratégias para alcançar objetivos coletivos e possibilita melhorar as condições produtivas e reprodutivas da agricultura familiar, possibilitando ampliar as vias para aquisição de auxílio financeiro e aumento da capacidade de inserção da economia local ao mercado (MOCELIN, 2009).

Corroborando a importância da organização social para o desenvolvimento comunitário, Andrade (2011) afirma que os maiores problemas vivenciados pela agricultura familiar estão relacionados à desorganização social e à baixa participação dos agricultores em atividades coletivas, o que influencia direta e negativamente na comercialização, no acesso ao crédito e no alcance de benefícios disponibilizados pelo governo.

Além das organizações formais, destaca-se a importância das organizações informais existentes em comunidades rurais, construídas a partir do reconhecimento de regras transmitidas de uma geração a outra em determinado grupo, garantindo autoridades e hierarquias de poder, essenciais para o reconhecimento das lideranças comunitárias. Fazem parte deste grupo as igrejas, o grupo de mulheres, o mutirão, os times de futebol, dentre outros.

A igreja católica, por exemplo, tem desempenhado uma atuação importante nas políticas fundiárias, notadamente a partir da década de 1950. Baseada na fundamentação bíblica "o homem vem da terra e dela vive", incorporou a luta pela terra em suas causas e desde então passou a atuar na orientação e organização de grupos para reivindicar a propriedade e o direito ao uso da terra. Porém, a Teologia da Terra de Schwantes, Boff e Mesters elaborada a partir da década de 1970, modificou a atuação da igreja para uma frente mais crítica em relação aos problemas agrários e à concentração de terras. Este novo papel instigou alguns inimigos, à medida que a igreja se opôs aos interesses dos latifundiários (BASSANI, 2009).

Desta forma, a identificação das regras formais e informais existentes entre grupos de agricultores é uma importante estratégia para identificação de vulnerabilidades e potencialidades existentes para a organização social, visando diminuir os riscos da formalização de organizações inadequadas às demandas coletivas.

Na segunda metade da década de 1970, a sociedade brasileira intensificou o processo de organização e politização, amplamente influenciado pela atuação das pastorais sociais, apoiadas pela igreja católica, que estimulava as ações das organizações de base. Neste processo, o contexto político brasileiro vivido entre 1979 e 1980 sofreu profundas mudanças com o surgimento do chamado « novo sindicalismo » (renascimento do movimento operário) e as greves do ABC Paulista, impulsionando a

reflexão sobre a importância da luta da classe operária no processo de transição para a democracia.

Ainda neste período, no meio rural brasileiro, organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) incentivavam a organização dos trabalhadores rurais e indígenas, sujeitos historicamente excluídos das políticas sociais, resultando no aparecimento de um sindicalismo rural independente, desatrelado do Estado, em contraposição àquele preconizado no governo de Getúlio Vargas, o que levou os sindicatos dos trabalhadores rurais a serem os principais protagonistas entre os movimentos sociais do campo nesta época (SANTOS *et al*, 2005).

A partir da década de 1980 surgiram os « novos movimentos sociais », em contraste ao sindicalismo representado pelos movimentos da classe trabalhadora de concepção marxista. Este novos grupos se organizaram a partir de uma pluralidade identitária e paradigmática para lutar por reivindicações de grupos socialmente marginalizados, o que provocou alterações nas concepções tradicionais de participação na vida política (GOHN, 2000). No meio rural, pode-se citar como representantes destes movimentos : o Movimento dos Atingidos por Barragens, as Quebradeiras de Coco Babaçu e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A mudança na dinâmica dos movimentos sociais não foi suficiente, portanto, para modificar o quadro de pobreza e degradação ambiental vivido pelo Brasil no início da década de 1980, provocado principalmente pelo modelo convencional de desenvolvimento econômico, pautado no autoritarismo e na modernização tecnológica. Em contrapartida, este cenário incentivou os atores sociais a reafirmar suas reivindicações por justiça social, econômica e ambiental.

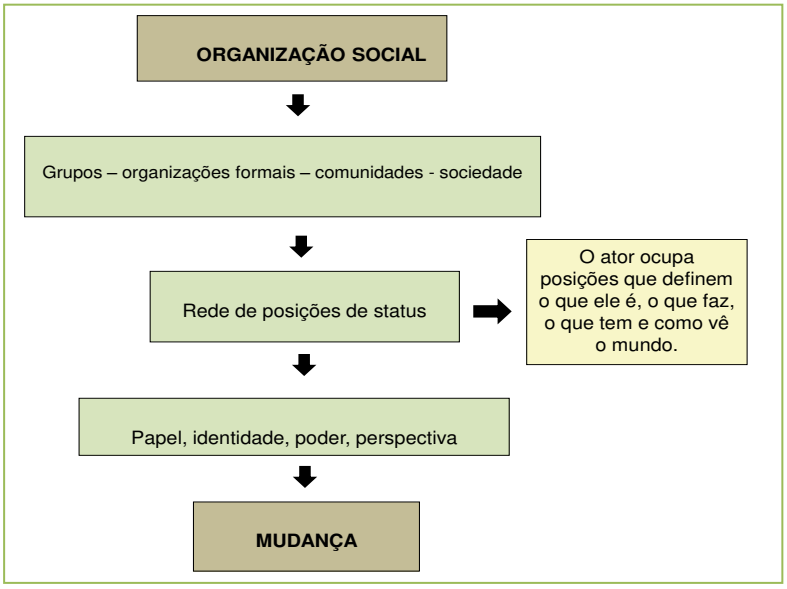
Na sociedade brasileira, verifica-se uma importante contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania expressos nas pautas políticas. Neste contexto, os movimentos sociais rurais emergem com intenso poder de mobilização e organização, destacando-se os movimentos de luta pela terra, lutas pela sustentabilidade econômica, enfrentamentos para inclusão da gestão participativa nos projetos governamentais, projetos de combate à pobreza, dentre outros (MOCELIN, 2009).

Importante ressaltar que os movimentos sociais não devem ser confudidos com organizações sociais. As organizações assumem caráter institucional, enquanto os

movimentos constituem-se na expressão de grupos empenhados em mudar ou preservar determinadas condições ou relaçoes sociais de interesse comum, embora os movimentos possam estar originados em instituições, organizações, clubes, dentre outros (MOCELIN, 2009).

Nas organizações sociais, os indivíduos interagem entre si obedecendo a um padrão em suas ações recíprocas, concernentes a sua posição na interação. Todos tem uma posição específica na interação e os indivíduos atuam em relação aos outros de acordo com o « lugar » que ocupam. O conjunto de posições, direitos e deveres estabelecidos pelo grupo originam uma rede de *status* que ampliam as perspectivas dos indivíduos em relação a uma determinada condição social e os impulsiona para mudança desejada, como pode ser observado no esquema abaixo (figura 01) elaborado por Oliveira (2004).

Figura 01 : Etapas da transformação social promovida pela organização social.



Fonte : Oliveira, 2004

O elo que liga uma etapa a outra no esquema acima pode ser representado pela ação coletiva. As regras formais e informais criadas neste ambiente promovem o estabelecimento de arranjos capazes de atender satisfatoriamente o desejo de todos, o objetivo comum: a mudança, alcançando um entendimento e um processo cooperativo.

Neste sentido, o ambiente institucional mais indicado para promoção da ação coletiva em comunidades rurais são as associações e cooperativas. As associações são organizações sem fins lucrativos, destinadas à assistência social ou representação de interesses coletivos e as cooperativas prestam serviços econômicos aos cooperados, por meio de atividades comerciais, industriais ou prestação de serviços.

Sperry (2010) ao estudar ações coletivas praticadas por pequenos agricultores filiados a movimentos associativos, observou melhorias na renda das famílias e na infraestrutura local. A organização possibilitou a implantação de unidades artesanais de produção que permitiu agregação de valor aos produtos e implantação de tecnologias independentes do setor externo. Para atuar coletivamente, os grupos de agricultores reuniram-se a partir de laços de parentesco e vizinhança originando hierarquias ainda menores, denominada pela autora como « a associação das associações ». As iniciativas facilitaram a mobilização e a representação do grupo, melhoraram o poder de negociação junto ao mercado e levou à constituição de uma cooperativa que facilitou a aquisição de insumos e a venda dos produtos.

No caso da Amazônia, os agricultores familiares possuem baixo nível de organização social, e as organizações existentes possuem baixo nível de participação dos cooperados ou associados. Na maioria dos casos, a participação se restringe ao pagamento das taxas mensais para o recebimento de benefícios governamentais como seguro defeso, subsídios, dentre outros. As atividades são geralmente realizadas pelos membros da diretoria e poucos associados ou cooperados se envolvem nas decisões ou participam ativamente para o alcance da melhorias.

Assim, ações voltadas para o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo na Amazônia são necessárias para a construção de estratégias articuladas que integrem agricultores e instituições públicas na solução dos problemas, especialmente relacionados à baixa produtividade e dificuldades de escoamento da produção.

Nessa perspectiva é importante mobilizar e incentivar os agricultores para importância da organização social, notadamente em associações ou cooperativas, considerando que o envolvimento em tomadas de decisões coletivas requer um processo educativo, principalmente na Amazônia, onde o associativismo e cooperativismo não está inserido no contexto cultural. Há necessidade de uma sensibilização dos

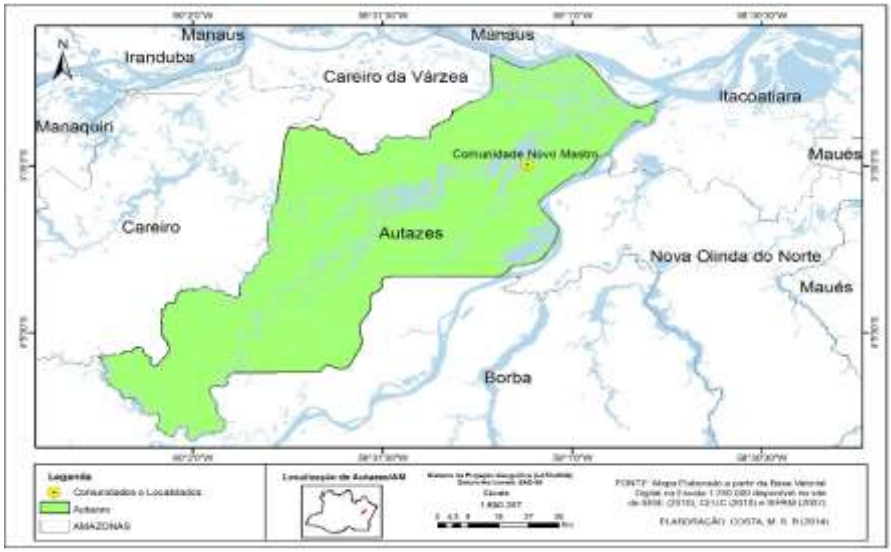
agricultores para essa importância, baseando-se nos exemplos positivos de conquistas de direitos dos grupos organizados e acenando para as possibilidades de um processo mais justo e igualitário no desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

METODOLOGIA DO ESTUDO

O estudo foi desenvolvido junto a agricultores familiares do município de Autazes, Estado do Amazonas. Autazes está localizado na Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus. Localiza-se a sudeste de Manaus, há cerca de 113 quilômetros da capital do Amazonas. Sua extensão territorial é de 7.599,282 km² e sua população de aproximadamente 32.733 habitantes (IBGE, 2011).

O município (figura 01) é conhecido no Estado por sediar a "Festa do Leite", maior festa bovina da Amazônia Ocidental. Segundo dados do IBGE de 2006, Autazes possui a maior produção de leite de búfala do Brasil, com a produção anual média de 1,7 milhões de litros de leite. A produção agropecuária baseia-se na criação de gado leiteiro, o que valeu a Autazes o título de cidade do leite e do queijo. Também há uma grande produção de mandioca (farinha), cupuaçu, guaraná, laranja, feijão e milho (AMAZON, 2007).

Figura 02: Município de Autazes/AM.



Fonte: SIPAM, 2017

O estudo foi baseado na coleta de dados primários, secundários, quantitativos e qualitativos. Os dados secundários foram coletados em fontes bibliográficas e documentais nas instituições relacionadas à produção agropecuária do município de Autazes, tais como, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas (IDAM), Secretarias Municipais, Organizações não governamentais, dentre outras.

Os dados primários foram coletados por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas a agricultores do município de Autazes. As questões analisadas referiram-se ao perfil dos produtores, caracterização das propriedades, renda e organização do trabalho, processo de comercialização e demandas dos produtores em relação à organização social, identificando-se os objetivos comuns que podem ser considerados na criação futura de associações e/ou cooperativas. As informações obtidas foram tabuladas em planilhas digitais e os resultados são apresentados pelo método descritivo.

CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AUTAZES

Os agricultores familiares que produzem hortaliças no município de Autazes/AM correspondem em 40 % à faixa etária de 20 a 30 anos, 31% à faixa de 31 a 40 anos, 20% tem idade entre 41 a 50 anos e 10% corresponde à idade acima de 50 anos. A maioria dos agricultores é relativamente jovem, o que pode indicar positivamente que ainda permanecerão em atividade por algum tempo, além de ser um indicativo de que a atividade produtiva vem passando de pai para filho. Esse fato é um importante indicador da inserção dos jovens na agricultura familiar da região, quando se considera o envelhecimento da população rural que vem sido promovida pelo êxodo dos jovens das áreas rurais em busca de melhores oportunidades de trabalho e educação (NASCIMENTO et al, 2011).

Quanto à origem, 72,72 % nasceu em Autazes, 18,18% veio do município de Manacapuru, distante 128 km de Autazes e 9,1% nasceu em Manaus, capital do Estado. A maioria mora no local entre 0 e 10 anos (44,44%), 33,33% mora de 11 a 20 anos e 22,23% mora há mais de 30 anos na comunidade. A origem dos produtores e o tempo de moradia no local são informações importantes para analisar o sentimento de pertencimento à comunidade e ao município, o que facilita a participação em projetos e

o cuidado com a conservação do meio ambiente, além do que, pessoas com maior tempo de residência em comunidades rurais possuem maior conhecimento em torno da realidade que as cercam (ARAÚJO e SOUZA, 2016).

Em relação à escolaridade, 66,66% possui o ensino fundamental completo, 22,22% sabe ler e escrever, mas não possui escolarização e 11,12% possui o Ensino médio completo. Segundo Martins Júnior e Dantas (2004), o grau de escolaridade está diretamente relacionado à participação social. Quanto menor o nível de escolarização, menor é a participação dos indivíduos nas decisões coletivas. Dessa forma, para melhorar o nível de organização social no campo são necessários maiores investimentos em educação, melhorando a infraestrutura das escolas e oportunizando aos agricultores e seus familiares o ensino escolar desde à educação infantil até a educação superior.

A maioria das propriedades do município tem tamanho de 50 hectares (44,44%), 33,33% tem dimensões de até 5 hectares, cerca de 11,12% tem dimensões de 6 a 10 ha e 11,11% de 30 a 40 ha. Esta informação demonstra as desigualdades na distribuição de terras do município, mas enquadra de fato os agricultores para o recebimento dos benefícios das políticas direcionadas à agricultura familiar, uma vez que as propriedades têm tamanho abaixo de 1 módulo fiscal, pois para Autazes 1 módulo fiscal é igual a 80 ha (EMBRAPA, 2012). De acordo com a Lei Nº 11.326 de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais (artigo 3º, Inciso I).

As propriedades se localizam em sua maioria em áreas de terra firme (81,81%) e 18,19% estão localizadas em áreas de várzea. A maioria dos agricultores não possui nenhum tipo de documentação que comprove a propriedade do terreno (62,5%), o que dificulta o acesso a benefícios governamentais, como por exemplo, créditos rurais. As irregularidades documentais de propriedades de terras na Amazônia é um grave problema fundiário que remete aos tempos da ditadura militar, quando o governo federal incentivou a vinda de migrantes com o objetivo de ocupar e produzir (LOUREIRO e PINTO, 2005).

Entretanto, 60% dos agricultores possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o que lhes garante o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e também a pelo menos outras 15 políticas públicas do governo federal, como serviços de assistência técnica e extensão rural, seguro da agricultura familiar, dentre outros (MDA, 2018).

Além da agricultura, os produtores realizam também o extrativismo (11,1%), especialmente de pupunha, castanha do brasil e tucumã, além da criação de animais (66,6%), como pato, galinha e codorna e praticam a pesca (22,3%) e caça (11,1%). A combinação de atividades para provimento da alimentação da família e obtenção de renda é uma das características da agricultura familiar no Amazonas (MENEGHETTI e SOUZA, 2015)

As tabelas 01 e 02 apresentam os principais produtos cultivados para a venda na agricultura familiar do município de Autazes.

Tabela 01: Principais produtos agrícolas comercializados em Autazes-AM.

Produtos	Quantidade produzida mensalmente	Quantidade comercializada Mensalmente	Preço (R$)
Banana	7 cachos	5 cachos	2,7
Cupuaçu	500 kg	400 kg	2,6
Goma de mandioca	150 kg	100 kg	3,1
Macaxeira	230 kg	150 kg	2,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Em relação às hortaliças, as principais espécies cultivadas são abobrinha, cheiro verde (coentro e cebolinha), couve, pepino e pimenta de cheiro.

Tabela 02: Principais hortaliças comercializadas em Autazes-AM

Produtos	Quantidade produzida mensalmente	Quantidade comercializada mensalmente
Abobrinha	90 kg	75 kg
Cheiro verde	240 kg	230 kg
Couve	320 maços	280 kg
Pepino	700 kg	680 kg
Pimenta de cheiro	40 kg	30 kg

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

A maioria dos agricultores (54,5%) utiliza adubação química (calcário e NPK). Cerca de 45,5% utiliza adubação orgânica, como paú de coqueiro, esterco de carneiro, esterco de gado e compostagem, especialmente no cultivo das hortaliças. É importante o incentivo à utilização de adubação orgânica nos programas governamentais, pois minimiza a dependência dos agricultores em relação a insumos externos e possibilita o processo de transição agroecológica.

A aquisição de sementes ocorre principalmente por meio de compra (58,3%), o que onera o processo produtivo. O governo poderia auxiliar por meio da doação de sementes ou capacitando os agricultores na armazenagem e produção de suas próprias sementes.

Em relação à comercialização, 36,5% dos produtores dependem de atravessadores para venda de seus produtos. O restante comercializa em feiras no município (34,09%), na própria comunidade (22,7%) ou supermercados (6,91%). Nota-se uma expressiva dependência de intermediários para a venda dos produtos, refletindo sobre baixos preços e baixa renda obtida com a agricultura. A venda para atravessadores se deve principalmente devido à ausência de transporte para levar os produtos até os centros consumidores. A organização dos agricultores em associações ou cooperativas pode auxiliar no processo de comercialização, viabilizando meios de transporte dos produtos e ampliando os canais de vendas por meio do estabelecimento de contratos e parcerias.

A maioria dos agricultores transporta seus produtos para venda por meio de condução própria (83,4%), principalmente por motocicleta (80%) em via terrestre e 20% por meio fluvial em barco motorizado (15HP). Cerca de 16,6% aluga o transporte. Apesar do transporte ser próprio, não atende a necessidade dos produtores, pois além

das vicinais serem de difícil acesso, a motocicleta não comporta as caixas de transporte, o que pode facilitar a ocorrência de acidentes.

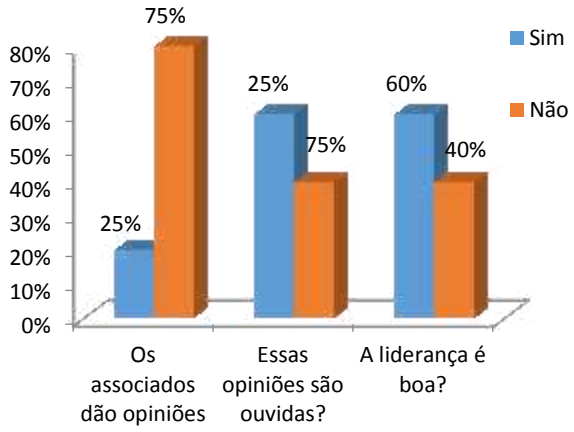
ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE AUTAZES

Em relação à organização social, a maioria dos agricultores não está integrada a nenhuma associação ou cooperativa (63,3%), o que demonstra um baixo nível de organização para aquisição de benefícios coletivos. Foram identificadas duas associações de agricultores no município, às quais apenas 36,4% dos agricultores estão associados.

Somente 25% dos associados frequenta regularmente as reuniões das associações e apenas 25% paga regularmente as mensalidades, caracterizando uma baixa participação nas atividades coletivas. São necessárias práticas que estimulem a cooperação entre os indivíduos, bem como atividades voltadas à sensibilização sobre os possíveis benefícios advindos do fortalecimento da associação.

Daqueles agricultores que frequentam as assembleias, 80% informou que participam ativamente dando opiniões nos processos de decisão, entretanto, 60% indicou que as opiniões dos associados são pouco consideradas nas decisões finais. Este fato culmina em um relativo descontentamento com as lideranças, pois 40% indicou que as lideranças não são boas (figura 01).

Figura 01: Avaliação da participação pelos agricultores



A maioria dos agricultores avaliou as associações como "ruim" (75%) e a maioria compreende a importância da associação apenas para emissão de documentos necessários à obtenção de benefícios governamentais. Verdejo (2006) classifica esse tipo de participação como "participação à base de incentivos materiais", quando a participação é condicionada ao recebimento de insumos de produção e as possibilidades de envolvimento nos processos de decisão são limitadas. Segundo o autor, é desejável que o grupo alcance o nível de "autoajuda", quando a comunidade passa a tomar a iniciativa e age de forma independente de intervenções externas.

Um dos motivos que pode justificar o baixo nível de participação dos agricultores nas associações é a relação das organizações com interesses político-partidários. As comunidades rurais do município sofrem influências diretas de interesses partidários, o que cria uma zona de conflitos. Este fato corrobora os argumentos de Carvalho e Laniado (1989) que apontam a convivência permanente das organizações e movimentos sociais com o dilema entre a conquista de sua autonomia e a vinculação partidária de seus interesses. Sperry e Mercoiret (2003) complementam que as relações das associações com grupos externos influenciam na participação dos associados, especialmente por estarem sujeitas ao atendimento de interesses governamentais em detrimento aos interesses coletivos.

Na opinião dos agricultores, a associação poderia contribuir com a melhoria dos ramais, transporte dos produtos, aquisição de sementes e mediação da venda, bem como, o governo poderia apoiar por meio do financiamento, logística e assistência técnica. Para fortalecer a associação, os produtores apontaram a necessidade de cursos de capacitação relacionados à melhoria e ampliação da produção.

Apesar dos problemas observados em relação às associações, os agricultores se mostram interessados em participar de projetos voltados ao fortalecimento do associativismo, com boas perspectivas que as associações atuem para minimizar os problemas e atender as demandas coletivas.

Para tanto, é necessária a criação de espaços voltados à educação associativista, capazes de suscitar nos agricultores o compromisso e a responsabilidade nas ações das associações. Quanto maior for o envolvimento dos indivíduos nas etapas de planejamento e tomadas de decisão, maior será o comprometimento nos resultados alcançados. Há de se lembrar que a participação dos indivíduos em grupos requer a

mediação das diferenças e interesses, tornando os processos decisórios de ordem democrática, com os resultados, tanto positivos, quanto negativos, compartilhados por todos os membros do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação de agricultores familiares em organizações associativas vem sendo incentivada na Amazônia como um importante instrumento de enfrentamento das dificuldades inerentes à complexidade desses sistemas de produção e vivência, caracterizados pela diversidade de espécies, combinação de múltiplas atividades, variadas formas de organização do trabalho, associadas às formas de estruturação familiar, e dificuldades diversas, tais como, ausência de assistência técnica, dificuldades no acesso ao crédito e dificuldades de escoamento da produção.

No grupo de agricultores analisado, as dificuldades de consolidação da organização social se devem principalmente à situação de instabilidade das associações, com baixa efetividade no atendimento das demandas coletivas. É necessário resgatar os princípios de democracia e cooperação do associativismo, a fim de estimular as organizações locais para trabalhar em prol das necessidades, que vão muito além das questões burocráticas.

Outro ponto a ser considerado, é a importância da formação de lideranças para a efetividade do associativismo, evitando que atuem a partir de interesses partidários e individuais. O bom líder distribui tarefas e funções entre os membros do grupo, em detrimento a uma atuação centralizadora e individualista. Garantir a atuação de lideranças com representatividade política é condição essencial ao fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia, desenvolvendo mecanismos sólidos de resistência às pressões de mercado, notadamente àquelas relacionadas à concorrência com o agronegócio.

A educação associativista também precisa ser estimulada na agricultura familiar amazônica, associada à melhoria das condições da educação formal nas escolas rurais, uma vez que os agricultores possuem baixo nível de escolaridade. A educação para o associativismo e cooperativismo poderá suscitar nos jovens rurais o sentimento de bem comum, estimulando uma atuação mobilizada e engajada na execução de propostas futuras mais democráticas e autônomas.

Por fim, as organizações sociais na agricultura familiar do Amazonas podem ser consideradas frágeis do ponto de vista da prática participativa, baseadas em uma participação instrumentalizada, mais voltada para fins materiais, desarticulada internamente e com decisões dependentes das lideranças. É necessário resgatar os fins simbólicos e políticos da participação, buscando processos decisórios propositivos e compartilhados, capazes de efetivar as práticas de uma gestão mais participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZON. **Autazes: saindo do anonimato.** Disponível em: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1070157. Acesso: 15/04/2014. Publicado em 2007.

ANDRADE, R. A. **Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira** (novo Aripuanã e Manicoré/AM) / Roberta Amaral de Andrade, organizadora. – Brasília : Instituto Internacional de Educação do Brasil ; 2011. 93 p.

ARAÚJO, J. A.; SOUZA, R. F. **Percepção de moradores de comunidades rurais sobre mudanças na paisagem no semiárido Potiguar.** HOLOS, Ano 32, Vol. 8, 2016.

BASSANI, P. **Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais.** Londrina, EDUEL, 2009.

Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado. Cadernos MARE da reforma do estado, v. 2, 74 p, 1997.

CARVALHO, I.; LANIADO, R. **Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais.** In: Alexandrina Sobreira de Moura, org., O Estado e as Políticas públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice, 1989.

EMBRAPA. **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil.** Embrapa Milho e Sorgo. Documentos 146. Sete Lagoas – MG, Novembro, 2012.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. **A questão fundiária na Amazônia.** Estudos avançados, 19 (54), 77 – 98p, 2005.

MARTINS JÚNIOR, J. P.; DANTAS, H. **O Índice de Participação e a importância da educação.** Campinas: Opinião Pública, vol.10, no.2, 2004.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. **A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento.** Manaus: Revista Terceira Margem Amazônia, vol. 1, no. 5, 2015.

MOCELIN, D. G. **Movimentos sociais e movimentos sociais rurais.** In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo. Organização social e movimentos sociais rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOSO, J. G.; MENDES, S. R. **A subordinação da agricultura familiar aos capitais industrial e mercantil: dois estudos de caso em Araguari e Indianópolis**. Belo Horizonte: Agenda Social. v.5, nº3, p. 57- 79, 2011.

NÚCLEO DE SOCIOECONOMIA. NUSEC. **Relatório do Programa Pró-Rural.** Eixo Organização Social e Mercados. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2016.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. OCB. **Cenário Brasileiro.** Disponível em http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/. Acesso 03/03/2018.

SANTOS, A. D. dos. et al. **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais.** [S.l.]: IEB, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAF). **Direitos e benefícios da agricultura familiar.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/direitosebeneficios. Acesso: 05/03/2018.

SPERRY, S. **A importância da organização social para agricultura familiar**. Publicado em 2010. Disponível em : <http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/ART/2>. Acesso em : 19/08/2012.

SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais.** Brasília: EMBRAPA, 112p, 2003.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 62p, 2006.